



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____/____
Folha: _____

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 14 DA CÂMARA MUNICIPAL DE
PENAMACOR NO DIA 25 DE JULHO DE 2018.**

Aos vinte e cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Revisão Orçamental N.º 2/2018; -----
2. Proc. N.º MA - 05/2018: “Reabilitação do Teatro Clube de Penamacor” – Formação de Contrato de Empreitada de Obras Públicas; -----
3. Proc. N.º MB - 07/2018: “Requalificação do Castelo/Fortaleza de Penamacor” – Formação de Contrato de Empreitada de Obras Públicas; -----

4. Proc. N.º MC - 08/2018: “Beneficiação da Barragem da Baságueda” – Formação de Contrato de Empreitada de Obras Públicas; -----
5. Plano de Pormenor “Zona Industrial de Penamacor – Ampliação Sul” – Relatório de Ponderação da Discussão Pública, “Versão Final” da proposta do Plano; -----
6. Relatório de Análise e Ponderação do Período de Discussão Pública, “Versão Final” da proposta do “Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Penamacor”; -----
7. Relatório de Análise e Ponderação do Período de Discussão Pública, “Versão Final” da proposta do “Programa Estratégico Reabilitação Urbana de Benquerença; -----
8. Relatório de Análise e Ponderação do Período de Discussão Pública, “Versão Final” da proposta do “Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Bemposta; -----
9. Aprovação de Projeto de Arquitetura de “Incubadora para a Valorização dos Recursos Endógenos”; -----
- 10 - Finanças Municipais. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores, Domingos Manuel Bicho Torrão, Sandra Maria Pires Vicente e Anabela Castilho Campos comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariat. -----

O senhor vereador Manuel Joaquim Ribeiro Robalo não compareceu à reunião por se encontrar em gozo de férias, considerando-se a falta justificada. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram dez horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 4 de julho do ano de dois mil e dezoito, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar: -----

O Sr. Presidente António Soares convidou os senhores vereadores e a comunicação social para mais uma edição da Feira Terras de Lince a ter lugar nos dias 27, 28 e 29 de julho. Evento que contará com cerca de cinquenta expositores no Jardim da República e Quartel, com uma mostra de produtos regionais, dando a conhecer o que de melhor se produz no concelho de Penamacor. -----

O Sr. Vereador Domingos Torrão referiu-se ao procedimento concursal para regularização extraordinária de vínculos precários no município de Penamacor, questionando se não haveria mais trabalhadores a integrar. De seguida,

Ref.^a _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

entregou um requerimento ao Senhor Presidente que fica anexo à presente ata, dela ficando a fazer parte integrante, a solicitar informação sobre o procedimento. -----

O Sr. Presidente António Soares esclareceu que foram integrados os doze trabalhadores que reuniam os requisitos previstos na lei na regularização extraordinária de vínculos precários no município de Penamacor. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

1 – REVISÃO ORÇAMENTAL N.º 2/2018. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Proponho que a Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal a Revisão Orçamental n.º 2 de 2018. -----

Com a revisão orçamental pretende-se: -----

a) A introdução de uma nova ação com o nº 10, denominada Ações Integradas de Combate ao Insucesso Escolar e de Promoção do Sucesso Escolar, no Projeto 2016/6 Ensino;

b) A introdução de uma nova ação com o nº 4, denominada Malcata Natural Digital – Aquisição de Bens e Serviços, no Projeto 2016/15 Edifícios Culturais;

c) Alteração da designação do Projeto 2018/5, de Criação de Incubadora de Base Tecnológica, para Incubadora para a Valorização dos Recursos Endógenos”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

2 – PROC. N.º MA – 05/2018: “REABILITAÇÃO DO TEATRO CLUBE DE PENAMACOR” – FORMAÇÃO DE CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

Objeto do contrato: Reabilitação do antigo Teatro de Penamacor, que atualmente se encontra devoluto e que necessita urgentemente de ser intervencionado, para que não se perca um excelente exemplar de sala de espetáculos baseado na tipologia do modelo de teatro italiano. -----

Compete à Câmara Municipal nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho em conjugação com a alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e a alínea b) do artigo 19.º do Decreto – Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto que alterou e republicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, autorizar a abertura do Concurso Público para formação de contrato de empreitada “Reabilitação do Teatro Clube de Penamacor”. -----

-----1. Procedimento -----

A adoção do procedimento de concurso público, nos termos previstos na alínea b) do artigo 19.º do CCP atualizado. -----

2. Valor Estimado do Contrato -----

O valor estimado do contrato é de € 1 811 555,31 acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a verba disponível para este ano é de € 238 500,00 (duzentos e trinta e oito mil e quinhentos euros), encargo esse que tem cabimento no orçamento do corrente ano sob as classificações: Orgânica 02, Económica 07010302 – Instalações desportivas e recreativas, sendo a restante parte prevista para o ano de 2019 e 2020. -----

3. Critério de Adjudicação -----



Livro: ____ / ____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Nos termos do n.º 1 do artigo 74.º do CCP atualizado, a adjudicação é feita à proposta economicamente mais vantajosa, determinada por uma das seguintes modalidades: -----

- ☐ Melhor relação qualidade - preço; -----
☒ Avaliação do preço ou custo. -----

4. Nomeação do Júri -----

Nos termos dos artigos 67.º a 69.º do CCP atualizado, propõe-se que seja nomeado o presente júri: -----

Presidente: Raul Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, Chefe de Divisão; -----

1º Vogal: Maria Helena de Jesus Lopes, Técnica Superior; -----

2º Vogal: Ana Isabel da Conceição Valente, Técnica Superior; -----

1º Suplente: Paulo Alexandre Felizardo Servo, Chefe de Divisão; -----

2º Suplente: José Luís Gil da Silva Leitão, Técnico Superior; -----

5. Contrato -----

☒ Contrato deve ser reduzido a escrito (art. 94.º do CCP atualizado); -----

☐ Inexigibilidade e dispensa de redução do contrato escrito (art. 95.º n.º 1 do CCP atualizado); -----

Contrato de empreitada de obras públicas -----

☐ de complexidade técnica muito reduzida e cujo preço contratual não exceda € 15.000. -----

Contrato de locação ou aquisição de bens móveis ou serviços -----

☐ cujo preço contratual não exceda € 10.000; -----

6. Caução (artigo 88.º do CCP atualizado) -----

☒ É exigível -----

☐ Não é exigível, sem retenção de 10% do valor dos pagamentos -----

-

☐ Não é exigível, com retenção de 10% do valor dos pagamentos -----

-

7. Gestor do Contrato -----

Nos termos do artigo 290.º - A do CCP atualizado, propõe-se que seja nomeado o gestor do contrato, com a função de acompanhar

Ref.ª _____
Data: ____ / ____ / ____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

permanentemente a execução do mesmo: Raul Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, Chefe de Divisão; -----

8. Adjudicação por Lotes -----

Fundamenta-se a necessidade de adjudicar sem divisão por lotes, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 46.º - A do Decreto – Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto que alterou e republicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, pelo facto de ser excessivamente difícil alocar responsabilidades individuais por incumprimento contratual e ainda por ser uma obra complexa exigindo uma grande interligação entre especialidades, motivo pelo qual se julga haver vantagem em existir apenas um co- contratante. -----

9. Minutas do Anúncio, Programa do Procedimento e Caderno de Encargos

A aprovação do projeto, da minuta do anúncio, do programa do procedimento, bem como do caderno de encargos em anexo, conforme previsto na alínea f) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no n.º 2 do artigo 40.º do CCP atualizado. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente propostas, que dela fazem parte, nomeadamente: Despacho, Informação n.º 126/2018, de 28/jun./2018 e respetivo Documento de Cabimentação da Despesa. -----

PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO: -----

A abertura do procedimento com recurso a Concurso Público com vista a formação de contrato de empreitada; -----

Autorização para realização de despesa. -----

Aprovação do projeto, minuta do anúncio, programa do procedimento e caderno de encargos, conforme estabelecido na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

Nomeação do júri do procedimento, nos termos do n.º 1 do artigo 67.º, do CCP atualizado, designando os seguintes elementos: -----

Raul Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, Chefe de Divisão, que preside; -----

Maria Helena de Jesus Lopes, Técnica Superior; -----

Ana Isabel da Conceição Valente, Técnica Superior; -----



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Paulo Alexandre Felizardo Servo, Chefe de Divisão, 1.º Suplente; -----
José Luís Gil da Silva Leitão, Técnico Superior, 2.º Suplente; -----
Nomeação do gestor do procedimento, nos termos do artigo 290.º - A, do CCP atualizado, designando o seguinte elemento: -----
Raul Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, Chefe de Divisão; -----
Mais proponho que a deliberação seja aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para que com a maior brevidade possa desencadear-se o procedimento de formação do contrato”. ----
A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

3 – PROC. N.º MB – 07/2018: “REQUALIFICAÇÃO DO CASTELO/FORTALEZA DE PENAMACOR” – FORMAÇÃO DE CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Objeto do contrato: Valorização do espaço público através da requalificação do Castelo/Fortaleza de Penamacor. -----

Compete à Câmara Municipal nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho em conjugação com a alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e a alínea b) do artigo 19.º do Decreto – Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto que alterou e republicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, autorizar a abertura do Concurso Público para formação de contrato de empreitada “Requalificação do Castelo/Fortaleza de Penamacor”. --
-----1.

Procedimento -----

A adoção do procedimento de concurso público, nos termos previstos na alínea b) do artigo 19.º do CCP atualizado. -----

2. Valor Estimado do Contrato -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

O valor estimado do contrato é de € 935 999,21 acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a verba disponível para este ano é de € 207 226,82 (duzentos e sete mil duzentos e vinte e seis euros e oitenta e dois cêntimos), encargo esse que tem cabimento no orçamento do corrente ano sob as classificações: Orgânica 02, Económica 07010413 – Outros, sendo a restante parte prevista para o ano de 2019 e 2020. -----

Apesar do valor estimado do contrato são também fixados os seguintes preços base para cada um dos lotes: -----

Lotes	Preço Base
Lote 1- Intervenções Localizadas – CTE's	€ 173 070,24
Lote 2 – Demolições, Pavimentações, Zonas Verdes, Equipamento Urbano, Rede de Abastecimento de Água, Rede de Drenagem, Rede de Rega, Instalações Elétricas, Telecomunicações e Acompanhamento Arqueológico	€ 762 928.97

3. Critério de Adjudicação -----

Nos termos do n.º 1 do artigo 74.º do CCP atualizado, a adjudicação é feita à proposta economicamente mais vantajosa, determinada por uma das seguintes modalidades: -----

- ☐ Melhor relação qualidade - preço; -----
☒ Avaliação do preço ou custo. -----

4. Nomeação do Júri -----

Nos termos dos artigos 67.º a 69.º do CCP atualizado, propõe-se que seja nomeado o presente júri: -----

Presidente: Raul Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, Chefe de Divisão; -----

1º Vogal: Maria Helena de Jesus Lopes, Técnica Superior; -----

2º Vogal: Ana Isabel da Conceição Valente, Técnica Superior; -----

1º Suplente: Paulo Alexandre Felizardo Servo, Chefe de Divisão; -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

2º Suplente: José Luís Gil da Silva Leitão, Técnico Superior; -----

5. Contrato -----

☒ Contrato deve ser reduzido a escrito (art. 94.º do CCP atualizado); -----

☐ Inexigibilidade e dispensa de redução do contrato escrito (art. 95.º n.º 1 do CCP atualizado); -----

Contrato de empreitada de obras públicas -----

☐ de complexidade técnica muito reduzida e cujo preço contratual não exceda € 15.000. -----

Contrato de locação ou aquisição de bens móveis ou serviços -----

☐ cujo preço contratual não exceda € 10.000; -----

6. Caução (artigo 88.º do CCP atualizado) -----

☒ É exigível -----

☐ Não é exigível, sem retenção de 10% do valor dos pagamentos -----

-

☐ Não é exigível, com retenção de 10% do valor dos pagamentos -----

-

7. Gestor do Contrato -----

Nos termos do artigo 290.º - A do CCP atualizado, propõe-se que seja nomeado o gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução do mesmo: Raul Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, Chefe de Divisão; -----

8. Adjudicação por Lotes -----

A adjudicação será efetuada à proposta que venha a ser ordenada em primeiro lugar, em cada um dos lotes, indicados nas peças do procedimento, nos termos do n.º 1 do artigo 46.º - A do CCP -----

9. Minutas do Anúncio, Programa do Procedimento e Caderno de Encargos

A aprovação do projeto, da minuta do anúncio, do programa do procedimento, bem como do caderno de encargos em anexo, conforme previsto na alínea f) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no n.º 2 do artigo 40.º do CCP atualizado. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente propostas, que

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

dela fazem parte, nomeadamente: Despacho, Informação n.º 137/2018, de 12/jul./2018 e respetivo Documento de Cabimentação da Despesa. -----

PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO: -----

A abertura do procedimento com recurso a Concurso Público com vista a formação de contrato de empreitada; -----

Autorização para realização de despesa. -----

Aprovação do projeto, minuta do anúncio, programa do procedimento e caderno de encargos, conforme estabelecido na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

Nomeação do júri do procedimento, nos termos do n.º 1 do artigo 67.º, do CCP atualizado, designando os seguintes elementos: -----

Raul Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, Chefe de Divisão, que preside; -----

Maria Helena de Jesus Lopes, Técnica Superior; -----

Ana Isabel da Conceição Valente, Técnica Superior; -----

Paulo Alexandre Felizardo Servo, Chefe de Divisão, 1.º Suplente; -----

José Luís Gil da Silva Leitão, Técnico Superior, 2.º Suplente; -----

Nomeação do gestor do procedimento, nos termos do artigo 290.º - A, do CCP atualizado, designando o seguinte elemento: -----

Raul Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, Chefe de Divisão; -----

Mais proponho que a deliberação seja aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para que com a maior brevidade possa desencadear-se o procedimento de formação do contrato”. ----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

4 – PROC. N.º MC – 08/2018: “BENEFICIAÇÃO DA BARRAGEM DA BASÁGUEDA” – FORMAÇÃO DE CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Objeto do contrato: beneficiação do ponto de água, no lugar de Baságueda,

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

com a finalidade de apoio à defesa da floresta contra incêndios. -----
Compete à Câmara Municipal nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho em conjugação com a alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e a alínea b) do artigo 19.º do Decreto – Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto que alterou e republicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, autorizar a abertura do Concurso Público para formação de contrato de empreitada “Beneficiação da Barragem da Baságueda”. -----

-----1. Procedimento -----

A adoção do procedimento de concurso público, nos termos previstos na alínea b) do artigo 19.º do CCP atualizado. -----

2. Valor Estimado do Contrato -----

O valor estimado do contrato é de € 476 855,77 acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a verba disponível para este ano é de € 318 000,00 (trezentos e dezoito mil euros), encargo esse que tem cabimento no orçamento do corrente ano sob as classificações: Orgânica 02, Económica 070115 – Outros investimentos, sendo a restante parte prevista para o ano de 2019. -----

O preço base foi obtido através da Matriz de Beneficiação da CAO (Comissão de Acompanhamento das Operações Florestais) 2015/2016 do ICNF (Instituto da Natureza e das Florestas) e de consulta preliminar ao mercado, conforme prevista no artigo 35.º - A do CCP atualizado. -----

3. Critério de Adjudicação -----

Nos termos do n.º 1 do artigo 74.º do CCP atualizado, a adjudicação é feita à proposta economicamente mais vantajosa, determinada por uma das seguintes modalidades: -----

☒ Melhor relação qualidade - preço; -----

☐ Avaliação do preço ou custo. -----

4. Nomeação do Júri -----

Nos termos dos artigos 67.º a 69.º do CCP atualizado, propõe-se que seja nomeado o presente júri: -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Presidente: Raul Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, Chefe de Divisão; -----

1º Vogal: Maria Helena de Jesus Lopes, Técnica Superior; -----

2º Vogal: Ana Isabel da Conceição Valente, Técnica Superior; -----

1º Suplente: Paulo Alexandre Felizardo Servo, Chefe de Divisão; -----

2º Suplente: José Luís Gil da Silva Leitão, Técnico Superior; -----

5. Contrato -----

☒ Contrato deve ser reduzido a escrito (art. 94.º do CCP atualizado); -----

☐ Inexigibilidade e dispensa de redução do contrato escrito (art. 95.º n.º 1 do CCP atualizado); -----

Contrato de empreitada de obras públicas -----

☐ de complexidade técnica muito reduzida e cujo preço contratual não exceda € 15.000. -----

Contrato de locação ou aquisição de bens móveis ou serviços -----

☐ cujo preço contratual não exceda € 10.000; -----

6. Caução (artigo 88.º do CCP atualizado) -----

☒ É exigível -----

☐ Não é exigível, sem retenção de 10% do valor dos pagamentos -----

-

☐ Não é exigível, com retenção de 10% do valor dos pagamentos -----

-7. Gestor do Contrato -----

-

Nos termos do artigo 290.º - A do CCP atualizado, propõe-se que seja nomeado o gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução do mesmo: Raul Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, Chefe de Divisão; -----

9. Minutas do Anúncio, Programa do Procedimento e Caderno de Encargos -----

A aprovação do projeto, da minuta do anúncio, do programa do procedimento, bem como do caderno de encargos em anexo, conforme previsto na alínea f) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no n.º 2 do artigo 40.º do CCP atualizado. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente propostas, que

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

dela fazem parte, nomeadamente: Despacho, Informação n.º 150/2018, de 20/jul./2018, respetivo e Documento de Cabimentação da Despesa. -----

PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO: -----

A abertura do procedimento com recurso a Concurso Público com vista a formação de contrato de empreitada; -----

Autorização para realização de despesa. -----

Aprovação do projeto, minuta do anúncio, programa do procedimento e caderno de encargos, conforme estabelecido na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

Nomeação do júri do procedimento, nos termos do n.º 1 do artigo 67.º, do CCP atualizado, designando os seguintes elementos: -----

Raul Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, Chefe de Divisão, que preside; -----

Maria Helena de Jesus Lopes, Técnica Superior; -----

Ana Isabel da Conceição Valente, Técnica Superior; -----

Paulo Alexandre Felizardo Servo, Chefe de Divisão, 1.º Suplente; -----

José Luís Gil da Silva Leitão, Técnico Superior, 2.º Suplente; -----

Nomeação do gestor do procedimento, nos termos do artigo 290.º - A, do CCP atualizado, designando o seguinte elemento: -----

Raul Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, Chefe de Divisão; -----

Mais proponho que a deliberação seja aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para que com a maior brevidade possa desencadear-se o procedimento de formação do contrato. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

5 - PLANO DE PORMENOR “ZONA INDUSTRIAL DE PENAMACOR – AMPLIAÇÃO SUL” – RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA, “VERSÃO FINAL” DA PROPOSTA DO PLANO. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

“Na sequência do procedimento administrativo de “Discussão Pública” que deriva do cumprimento do disposto no n.º1 do artigo art.º 89º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – “RJIGT”, (de acordo com sua última redação dada pelo Dec. Lei 80/2015 de 14 de maio); tendo assim sujeito a proposta de Plano acima referida a “discussão pública” pelo período de 20 dias úteis, conforme aviso publicado na 2ª série do Diário da República nº 114, de 15 de Junho, o aviso nº 8164-B/2018, 2º suplemento; estabelece-se ainda em cumprimento do disposto no n.º 6 do mesmo artigo, que findo este período consagrado à discussão pública; seja decidido submeter para apreciação em reunião pública do executivo o “Relatório de Ponderação”, referente à proposta de Plano, acrescido dos resultados que derivam do período de discussão pública do mesmo. -----

Desta forma dando cumprimento ao estabelecido no n.º 6 do art.º 89º do “Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial”, propõe-se à apreciação e ponderação o respetivo “Relatório de Ponderação da Discussão Pública”, devido ao Plano de Pormenor denominado “Zona Industrial de Penamacor – Ampliação Sul”. -----

A divulgação dos resultados e aprovação dos termos deste relatório seguirá o disposto no n.º 6 do art.º 89º do RJIGT, implicando assim publicitação obrigatória a ter lugar no sítio da internet do Município, na “Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial” e comunicação social. -----

Deste modo, propõe-se ao executivo camarário que delibere: -----

- Aprovar após ponderação e apreciação o “Relatório de Ponderação da Discussão Pública”, devido ao Plano de Pormenor denominado “Zona Industrial de Penamacor – Ampliação Sul”. -----

- Considerar que o referido relatório será de seguida divulgado publicamente, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 89º do Regime “Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial”. -----

-Tendo em conta as conclusões deste relatório de ponderação; concluindo pelo teor do mesmo que estas não colocaram qualquer necessidade de alteração à proposta do Plano de Pormenor apresentado a discussão; propõe-se ainda a



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

este executivo dar como apta a proposta, consubstanciando assim a "versão final" que integra o próprio conteúdo da proposta então submetida a discussão pública. Deliberando desta forma considerar apta para submeter à aprovação da Assembleia Municipal a "versão final" da proposta do "Plano de Pormenor, Zona Industrial de Penamacor – Ampliação Sul". -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

6 – RELATÓRIO DE ANÁLISE E PONDERAÇÃO DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA, “VERSÃO FINAL” DA PROPOSTA DO “PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA DE PENAMACOR”. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Na sequência do procedimento administrativo que deriva do cumprimento do artigo 15.º do “Regime Jurídico da Reabilitação Urbana” – RJRU, (Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado e republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto), que define um prazo de 3 anos para aprovação de uma Operação de Reabilitação; neste caso materializada num “Programa Estratégico de Reabilitação Urbana” – PERU, em conformidade com o estabelecido no artigo 33.º do RJRU. Uma vez elaborado o referido PERU para a freguesia de Penamacor e tendo sujeito o mesmo a “discussão pública” pelo período de 20 dias úteis, conforme aviso publicado na 2ª série do Diário da República n.º 101, de 25 de Maio, o aviso n.º 7133/2018, em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 17.º deste diploma legal, em conjugação com o n.º 2 do artigo 89.º do “Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial” – RJIGT; estabelece-se que tendo em conta o fim deste período consagrado à discussão pública do Programa em questão seja decidido submeter a



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

apreciação em reunião pública do executivo, o “relatório de ponderação” do mesmo. -----

Desta forma dando cumprimento ao estabelecido no n.º 6 do art.º 89º do “Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial”, propõe-se à apreciação e ponderação o respetivo “Relatório de Análise e Ponderação do Período de Discussão Pública”, devido ao Programa Estratégico de Reabilitação Urbana, com vista à aprovação do mesmo. -----

-

A divulgação dos resultados e aprovação dos termos deste relatório seguirá com as devidas adaptações, aquilo que o n.º 6 do art.º 89º do RJIGT estabelece como forma de publicitação obrigatória a ter lugar no sítio da internet do Município e comunicação social. -----

Deste modo, propõe-se ao executivo camarário que delibere: -----

- Aprovar após ponderação e apreciação o “Relatório de Análise e Ponderação do Período de Discussão Pública”, devido ao Programa Estratégico de Reabilitação Urbana — PERU para a Freguesia de Penamacor. -----

- Considerar que o referido relatório será de seguida divulgado publicamente, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 89º do Regime “Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial”. -----

-Tendo em conta as conclusões deste relatório de análise ponderação; concluindo pelo teor do mesmo que estas não colocaram qualquer necessidade de alteração à proposta do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana — PERU apresentado a discussão; propõe-se ainda a este executivo dar como apta esta proposta, consubstanciando assim a “versão final” que integra o próprio conteúdo da proposta então submetida a discussão pública. Deliberando desta forma considerar apta para submeter à aprovação da Assembleia Municipal a “versão final” da proposta do “Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Penamacor”.-----

-

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____/____
Folha: ____

7 – RELATÓRIO DE ANÁLISE E PONDERAÇÃO DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA, “VERSÃO FINAL” DA PROPOSTA DO “PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA DE BENQUERENÇA”. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Na sequência do procedimento administrativo que deriva do cumprimento do artigo 15º do “Regime Jurídico da Reabilitação Urbana” – RJRU, (Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado e republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto), que define um prazo de 3 anos para aprovação de uma Operação de Reabilitação; neste caso materializada num “Programa Estratégico de Reabilitação Urbana” – PERU, em conformidade com o estabelecido no artigo 33.º do RJRU. Uma vez elaborado o referido PERU para a freguesia de Benquerença e tendo sujeito o mesmo a “discussão pública” pelo período de 20 dias úteis, conforme aviso publicado na 2ª série do Diário da República nº 101, de 25 de Maio, o aviso nº 7135/2018, em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 17.º deste diploma legal, em conjugação com o n.º 2 do artigo 89.º do “Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial” – RJIGT; estabelece-se que tendo em conta o fim deste período consagrado à discussão pública do Programa em questão seja decidido submeter a apreciação em reunião pública do executivo, o “relatório de ponderação” do mesmo. -----

Desta forma dando cumprimento ao estabelecido no n.º 6 do art.º 89º do “Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial”, propõe-se à apreciação e ponderação o respetivo “Relatório de Análise e Ponderação do Período de Discussão Pública”, devido ao Programa Estratégico de Reabilitação Urbana, com vista à aprovação do mesmo. -----

-

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

A divulgação dos resultados e aprovação dos termos deste relatório seguirá com as devidas adaptações, aquilo que o n.º 6 do art.º 89º do RJIGT estabelece como forma de publicitação obrigatória a ter lugar no sítio da internet do Município e comunicação social. -----

Deste modo, propõe-se ao executivo camarário que delibere: -----

- Aprovar após ponderação e apreciação o “Relatório de Análise e Ponderação do Período de Discussão Pública”, devido ao Programa Estratégico de Reabilitação Urbana — PERU para a Freguesia de Benquerença. -----

-

- Considerar que o referido relatório será de seguida divulgado publicamente, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 89º do Regime “Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial”. -----

-- Tendo em conta as conclusões deste relatório de análise ponderação; concluindo pelo teor do mesmo que estas não colocaram qualquer necessidade de alteração à proposta do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana — PERU apresentado a discussão; propõe-se ainda a este executivo dar como apta esta proposta, consubstanciando assim a “versão final” que integra o próprio conteúdo da proposta então submetida a discussão pública. Deliberando desta forma considerar apta para submeter à aprovação da Assembleia Municipal a “versão final” da proposta do “Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Benquerença”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

8 – RELATÓRIO DE ANÁLISE E PONDERAÇÃO DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA, “VERSÃO FINAL” DA PROPOSTA DO “PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA DE BEMPOSTA”. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

“Na sequência do procedimento administrativo que deriva do cumprimento do artigo 15º do “Regime Jurídico da Reabilitação Urbana” — RJRU, (Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado e republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto), que define um prazo de 3 anos para aprovação de uma Operação de Reabilitação; neste caso materializada num “Programa Estratégico de Reabilitação Urbana” — PERU, em conformidade com o estabelecido no artigo 33.º do RJRU. Uma vez elaborado o referido PERU para a freguesia de Bemposta e tendo sujeito o mesmo a “discussão pública” pelo período de 20 dias úteis, conforme aviso publicado na 2ª série do Diário da República nº 101, de 25 de Maio, o aviso nº 7134/2018, em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 17.º deste diploma legal, em conjugação com o n.º 2 do artigo 89.º do “Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial” — RJIGT; estabelece-se que tendo em conta o fim deste período consagrado à discussão pública do Programa em questão seja decidido submeter a apreciação em reunião pública do executivo, o “relatório de ponderação” do mesmo. -----

Desta forma dando cumprimento ao estabelecido no n.º 6 do art.º 89º do “Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial”, propõe-se à apreciação e ponderação o respetivo “Relatório de Análise e Ponderação do Período de Discussão Pública”, devido ao Programa Estratégico de Reabilitação Urbana, com vista à aprovação do mesmo. -----

-

A divulgação dos resultados e aprovação dos termos deste relatório seguirá com as devidas adaptações, aquilo que o n.º 6 do art.º 89º do RJIGT estabelece como forma de publicitação obrigatória a ter lugar no sítio da internet do Município e comunicação social. -----

Deste modo, propõe-se ao executivo camarário que delibere: -----

- Aprovar após ponderação e apreciação o “Relatório de Análise e Ponderação do Período de Discussão Pública”, devido ao Programa Estratégico de Reabilitação Urbana — PERU para a Freguesia de Bemposta. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

- Considerar que o referido relatório será de seguida divulgado publicamente, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 89º do Regime “Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial”. -----

- Tendo em conta as conclusões deste relatório de análise ponderação; concluindo pelo teor do mesmo que estas não colocaram qualquer necessidade de alteração à proposta do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana — PERU apresentado a discussão; propõe-se ainda a este executivo dar como apta esta proposta, consubstanciando assim a “versão final” que integra o próprio conteúdo da proposta então submetida a discussão pública. Deliberando desta forma considerar apta para submeter à aprovação da Assembleia Municipal a “versão final” da proposta do “Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Bemposta”. -----

-

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

9 – APROVAÇÃO DE PROJETO DE ARQUITETURA DE “INCUBADORA PARA A VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS ENDÓGENOS”. -----

Foi presente à reunião informação da Divisão de Obras – Obras Particulares, Planeamento e Ordenamento do Território que se transcreve: -----

“Antecedentes da proposta: -----

A proposta de reabilitação incide numa edificação construída no centro da vila de Penamacor que serviu como “Celeiro da EPAC” até à década de 70 do séc. XX. Trata-se de um edifício com uma arquitetura meramente funcionalista, típica do regime associativista fomentado pelo Estado Novo, que se materializou numa série de celeiros segundo “projetos tipo” associados às diversas regiões do país. Assim embora com aparelho murário de pedra e vãos guarnecidos a cantaria; a preexistência acaba a reproduzir um corpo edificado em tudo semelhante às tipologias originais de apoio à atividade rural. A ligação ao meio urbano é sublinhada apenas pelo paramento rebocado e cantarias dos



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

vão marcadas em pedra à vista no paramento. O edifício foi concebido como um armazém de nave única, tendo sido recentemente intervencionado para adaptação a supermercado; recebeu então uma laje de esteira em betão apoiada em pilares segundo uma estrutura porticada ao centro do edifício. -----

Relativamente às disposições do P.D.M. -----

Em análise ao projeto e feita a verificação da localização do prédio em causa na “Planta de Ordenamento – PO - 01.2” e “Planta de Estrutura Urbana (10)” do Plano Diretor Municipal em vigor, de acordo com a sua primeira revisão – D.R. – II Série, nº 237, Aviso n.º 14228/2015 de 03/12/2015); é possível confirmar a implantação da obra em área designada como “SOLO URBANO”, com a classificação de “ESPAÇOS CENTRAIS”, nos termos do referido plano para a área urbana da freguesia. O edifício não encontra integrado em zona de “Espaços de Atividades Económicas”, “Espaços de Uso Especial” ou “Espaços Verdes”, a que se referem os artigos.º 50º a 57º do “Regulamento do Plano Diretor Municipal”, na redação dada pela sua primeira revisão. -----

O projeto cumpre ainda as disposições dos artigos 44º a 45º e 46º do referido regulamento, no que concerne à tipologia a adaptar, ao alinhamento existente, volumetria, profundidade e número de pisos. Tendo em conta que estamos perante uma “Obra de Alteração” sem aumento de cércea, com manutenção do aparelho murário da fachada, (excetuando abertura de vãos e um corpo perpendicular ao volume inicial para substituição de uma dependência anexa no local); considerando ainda a obra situada em “espaço central” do núcleo urbano da vila com características multifuncionais, há a referir em termos regulamentares as disposições do art.º 46º, sendo que para esta qualificação de solo urbano não se considera a aplicação de quaisquer “índices urbanísticos. A cércea a proposta não é alterada e mantem-se em coerência com as cérceas da “envolvente urbana”. -----

Relativamente à Arquitetura apresentada: -----A arquitetura proposta resulta num ato de alteração tipológica com reconversão de fachada, assim o essencial da transformação opera-se ao nível da disposição funcional do interior para que seja possível adaptar a área disponível ao programa de



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

intervenção no edifício. Este contemplará a valência de serviços, através pequenos estúdios, concebidos como células individuais de pequenas empresas, (8 gabinetes, com receção, sala de reuniões e instalações sanitárias); este tipo de distribuição funcional é de fácil implementação, estruturando-se ao longo da nave que constituía o espaço único desta tipologia edificada; que fica assim preparada para acolher agora o programa pretendido com acessos diretos à cota do arruamento. A proposta é elaborada segundo novos parâmetros de conforto e logística na área de serviços. O lugar da dependência anexa existente, algo dissonante é recuperado com um novo corpo perpendicular à nave principal melhorando em muito o conjunto edificado e a sua presença na envolvente. -----A opção formal de conversão de fachada pode considerar-se contextualista; tomando como modelo os paradigmas formais próprios das construções coevas. Assim a métrica de vãos adotada para as fachadas mantém uma verticalidade própria das edificações que de um modo geral definem a imagem da vila de Penamacor. O novo corpo que servirá à sala de reuniões segue uma opção formal segundo os cânones modernistas; que muito embora sejam de raiz diversa da preexistência, neste caso dado o volume diminuto e o contraste conseguido acabam por conseguir assegurar a integração no conjunto. -----

Acessibilidades, (legislação conexa). -----

O projeto encontra-se estruturado de forma que se torna possível a acessibilidade e uso a pessoas com mobilidade condicionada, respeitando portando o disposto no diploma legal que regula estes requisitos. O termo de responsabilidade que acompanha o projeto assegura a sua compatibilidade com estas exigências ergonómicas. -----

“Ficha de segurança contra riscos de incêndio”, (legislação conexa). -----

De acordo com o tipo de intervenção proposto e uma vez que estamos perante a “primeira categoria de risco”; apresenta-se unicamente a “ficha de segurança contra riscos de incêndio”, devidamente preenchida e assinada por técnico habilitado. -----

(R.G.E.U (D.L. 38382, de 7 de Agosto de 1951). -----



Livro: ____ / ____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

O projeto analisado cumpre em geral as disposições do R.G.E.U (D.L. 38382, de 7 de Agosto de 1951), nomeadamente no que concerne às disposições legais, relativas à tipologia proposta; entendida como edifício de escritórios na área de serviços. -----

Conclui-se assim que a proposta de reabilitação está em plena coerência com o P.D.M; e demais legislação conexa, reabilitando um edifício desativado, considerado obsoleto e reforçando o desejado carácter de “multifuncionalidade” que o P.D.M. em vigor preconiza para a categoria de “Espaços Centrais na Vila de Penamacor”. -----

O projeto de arquitetura foi aprovado por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

10 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 7.131.827,26 euros e uma despesa também acumulada de 3.813.221,86 euros e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Dada a palavra ao público presente na reunião, ninguém quis fazer uso da mesma. -----

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram dez horas e quarenta e cinco minutos, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, _____, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -

Ref.ª _____
Data: ____ / ____ / ____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

Teresa Bento Ribeiro

António Luís Beites Soares

Ref.^a _____
Data: ____/____/____